

## **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

### **RESOLUÇÃO Nº 313, DE 09 DE AGOSTO DE 2001.**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Décima Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 08 e 09 de agosto de 2001, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, **considerando**,

- a)** A Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência, aprovada e publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2001 – Portaria GM/MS nº 737 de 16 de maio de 2001;
- b)** A articulação estratégica com o Congresso Nacional em particular com a Subcomissão de Violência Urbana da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados;
- c)** A articulação existente entre os Governos Estaduais e Municipais, as Assembléias Legislativas;
- d)** O lançamento, no nível nacional, da Campanha de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência; e
- e)** A necessidade de articular as ações de implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, em sistema operacional, que envolva as instâncias gestoras do SUS, sob a coordenação nacional do Ministério da Saúde e os órgãos especializados nas ações de informação e mobilização dos Conselhos de Saúde, entidades e instituições da sociedade, com vistas à elevação do tratamento desta questão no primeiro nível de prioridade das Políticas Públicas e de Saúde.

#### **RESOLVE:**

- 1.** Instituir a Comissão Intersetorial Permanente de Trauma e Violência, do Conselho Nacional de Saúde, que deverá ter a seguinte composição:
  - Um representante do Ministério da Saúde;
  - Um representante do Ministério da Justiça;
  - Um representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde;
  - Um representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde;
  - Um representante da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (Rede Saúde);
  - Um representante do Fórum Nacional de Trabalhadores na Área da Saúde;
  - Um representante das Entidades de Portadores de Patologia e Deficiências;
  - Um representante da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva;
  - Um representante da Sociedade Civil/Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.
- 2.** Todas as indicações deverão recair em dirigentes, técnicos e profissionais envolvidos e experientes na área de trauma e violência.
- 3.** A Comissão deverá articular-se com as Comissões do Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, nos três níveis de governo, com vistas à formulação de estratégias, implementação e acompanhamento da política nacional.
- 4.** As entidades que compõem as representações do CNS deverão permanentemente engajar-se em todas as atividades que dizem respeito a formulação das estratégias, implementação e acompanhamento da política nacional, considerando a complexidade e os desafios decorrentes.

**JOSÉ SERRA**

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS Nº 313, de 09 de Agosto de 2001, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

**JOSÉ SERRA**  
Ministro de Estado da Saúde